

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA  
NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE  
DOIS MIL E ONZE.\*\*\*

\_\_\_\_ Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de João Fernando Barbosa Dias em substituição de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por Ilda Maria Cardoso Valente e Manuel da Silva Moreira, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos. \*\*\*

\_\_\_\_ ORDEM DE TRABALHOS: \*\*\*

\_\_\_\_ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA\*\*\*

\_\_\_\_ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20.06.2011;\*\*\*

\_\_\_\_ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

\_\_\_\_ PERÍODO DA ORDEM DO DIA\*\*\*

\_\_\_\_ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;\*\*\*

\_\_\_\_ 2. SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PARA 2011.

\_\_\_\_ 3. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS SOBRANTES DA VARIANTE À E.N. 222 – CRUZ DA CARREIRA.\*\*

\_\_\_\_ 4. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE AGÊNCIA DE ENERGIA DO TÂMEGA E SOUSA.\*\*\*

**PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.\*\*\***

\_\_\_\_ Presentes os membros: Abel Duarte Barbosa, Alfredo Trindade da Rocha; António Costa e Cunha, António Filipe Moura Fernandes, António Gouveia Coelho, Artur José Freitas de Sousa; Daniel António

Correia Mendes da Rocha, Cristiana Filipa Duarte Gonçalves em representação da Junta de Freguesia do Paraíso, Gina Maria Silva Moreira, Giselda Martins Sousa Neves, Joaquim Luís Vieira Martins, Jorge Humberto Castro Rocha Quintas, José António da Costa Moreira da Rocha, José António Santos Vilela, José Vieira Gonçalves, José Vieira Pinto, Luís Filipe Cardoso Valente, Manuel António Rocha Pereira, Manuel Duarte Mendes, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Maria da Graça Soares de Sousa, António Silva Pinto, João Vitorino Martins de Almeida Moreira, e Patrícia Vieira da Silva.\*\*\*

\_\_\_\_ Presentes da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Rocha, Vice-Presidente Senhor António Rodrigues, e Vereadores Senhor José Manuel Carvalho, Rui César Castro e Vanessa Pereira. \*\*\*

\_\_\_\_ O Presidente da Mesa João Fernando Barbosa Dias, em substituição, designou para primeiro secretário o Membro Ilda Maria Cardoso Valente e para segundo secretário o Membro Manuel da Silva Moreira, em conformidade com o Regimento.\*\*\*

\_\_\_\_ Faltou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Sardoura nem se fez representar.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Mesa iniciou a sessão pela leitura da correspondência recebida, e que a Assembleia tinha recebido uma carta da firma JOPAVERA. \*\*\*

\_\_\_\_ Foi solicitado um ponto de Ordem à Mesa pelo Membro Dr. Gouveia Coelho, porque não se estava a cumprir o Regimento, e porque a sessão se deveria iniciar pela aprovação da acta.\*\*\*

\_\_\_\_ O presidente da Mesa informou que iria iniciar os trabalhos com a leitura de uma carta e que daria conhecimento de toda a correspondência antes do Período de Antes da Ordem do Dia, e solicitou à secretaria da Mesa que iniciasse a leitura da carta endereçada ao Presidente da Assembleia Municipal, que se transcreve na íntegra: *“Ex.mo Sr. Dr. José Manuel Lopes de Almeida Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva. Como é de conhecimento de V.Exa. e da generalidade de todos os Paivenses, a Empresa JOPAVERA Construções. Lda, encontra-se com um grave problema em mãos, após uma queixa apresentada no final de 2010, no Tribunal Administrativo*

*e Fiscal de Penafiel e na Câmara Municipal por um membro dessa Assembleia Municipal afecto ao PS. José António Rocha, e membro da Comissão Política do PS de Castelo de Paiva. Nunca é demais lembrar a todos os intervenientes quer ao Presidente da Câmara Municipal Dr. Gonçalo Rocha e seu Executivo, quer também todos os elementos da Assembleia Municipal que esta empresa nada fez de errado para se encontrar nesta situação tão delicada. A Jopavera Construções Lda comprou aquele Terreno com um projecto licenciado pela Câmara Municipal (Processo nº. 6/2008) e para levar a efeito o início das obras procedeu ao levantamento do respectivo Alvará de Construção nº. 24/09 emitido a 24/03/2009. A 31 de Outubro desse mesmo ano houve tomada de posse do actual Executivo. No primeiro dia útil em que exerceram funções Camarárias ou seja a 2 de Novembro do mesmo ano pelas 14.30h o Dr. Gonçalo Rocha como Presidente de Câmara (ainda não tinha os pelouros distribuídos) mandou para ao terreno em causa os fiscais para averiguarem as delimitações do muro que estava a ser iniciado (muro suporte de terras) e que confronta com a Quinta do Pinheiro, tendo prolongado esse trabalho durante o dia seguinte. Como nada houve a opor e nunca esta empresa foi notificada de alguma inconformidade continuou os seus trabalhos, terminando a execução dos muros de delimitação a empresa a 4 de Janeiro de 2010, após o que deu inicio à construção do edifício. Para esta empresa tudo se passava dentro da normalidade até porque é uma empresa de bem e liderada por pessoas honestas, limitando-se a executar os trabalhos de acordo com o projecto aprovado e com as condições de licenciamento impostas na licença. Qual o espanto quando em Janeiro de 2011 depara-se pela rádio local que tinha havido uma queixa sobre o licenciamento em causa, na qual mencionavam 3 irregularidades. Motivando-se por preocupação o Gerente da empresa José Fernandes Mendes sem que fosse notificado sobre este assunto pediu agendamento de reunião ao Sr. Presidente da Câmara a 21 de Janeiro do corrente ano. Esta foi aceite e a mesma foi realizada uma semana depois no dia 28 do mesmo mês. Nessa mesma reunião José Fernandes Mendes fez-se acompanhar dos elementos do processo no que diz respeito a arquitectura e questionou onde é que*

*estavam as irregularidades facto para o qual ninguém lhe soube responder, e também lhe foi negado a presença de qualquer técnico da Câmara. Assim sendo sem que houvesse um técnico da Divisão de Urbanismo presente nada se podia concluir. Após esta reunião houve mais 3 ou 4 reuniões a pedido desta empresa e sempre lhe foi dito estarem a apreciar o assunto mas como sempre, sem a presença dos técnicos. Salientamos que na semana entre o pedido de agendamento de reunião e a concretização da mesma houve uma reunião de Câmara a 27 Janeiro e através da rádio local foi transmitido que nessa reunião que os vereadores do Partido Social Democrata disseram nessa semana terem ido ao departamento do Urbanismo para consultar o processo e foi-lhes dito que tinha ido para o gabinete do Sr. Presidente na semana 9 a 13 de Novembro 2009 e só regressou nesse mesmo dia (27 de Janeiro) por solicitação desses vereadores para consulta uma hora antes da reunião camarária. Pergunta o Gerente desta empresa o que esteve o processo a fazer 14 meses no gabinete do presidente sem que esta empresa tenha sido notificada para nada? A distância de Novembro de 2009 a 4 de Janeiro de 2010, são de 2 meses entendemos tempo suficiente para análise de processo. Pergunta esta empresa a haver suspeitas de irregularidades não devia a Câmara deslocar-se ao local munida do Presidente, Vereador do Urbanismo e os técnicos da câmara. e ao confirmar-se as irregularidades partir para o embargo da obra? Passados 20 meses com toda a certeza não estávamos com este embaraço. Nunca fomos notificados de nenhuma intenção da Câmara de proceder à cassação da licença de construção, diga-se aliás que foi o actual Executivo que em 4 de Abril de 2011 nos concedeu a prorrogação da licença até 24 Março 2013 e sempre viram a evolução da obra. Actualmente e há mais de um mês e meio o prédio está totalmente concluído e a actual Câmara fez a ligação da água e permitiu que a EDP efectuasse a ligação da luz. Fomos apanhados de surpresa no dia 25 de Agosto quando na reunião de Câmara os membros do Partido Socialista apresentaram uma proposta que visava declarar a nulidade dos actos de aprovação e licenciamento da obra licenciada pela Câmara Municipal. Acreditamos de boa fé que o Executivo Camarário seja composto por pessoas de bem*

*independentemente da cor partidária e até porque as duas partes são intervenientes e responsáveis máximos deste processo, fizemos várias tentativas de diálogo e colaboração para a resolução deste caso junto do actual Executivo Municipal mas sem sucesso. Perguntamos o porquê do Sr. Presidente da Câmara não querer discutir este assunto na Assembleia Municipal? Será a empresa Jopavera "mal vista" pelo Senhor Presidente da Câmara? Será que não era de todo agrado para não falar toda a estima e toda a consideração para com esta empresa tendo em conta ao número de postos de trabalho directos e indirectos mais de 200 funcionários do concelho de Castelo de Paiva? Porque razão a Câmara Municipal pretende declarar a nulidade de dois processos de obras já licenciados, sendo ambos da Jopavera? E porque razão é que num deles a Câmara Municipal licenciou a construção das obras em nome do interessado e mal a Jopavera substituiu a posição daquele interessado o mesmo executivo municipal quer agora declarar a nulidade do mesmo licenciamento? O licenciamento era viável para o primeiro requerente e assim que a Jopavera comprou a posição daquele o mesmo licenciamento passou a ser nulo? Haverá motivos para a Jopavera se sentir perseguida? Restamos apelar a V. Exa. para levar este processo a ser discutido na próxima Assembleia Municipal. No parecer que a Câmara Municipal solicitou à CCDR-N foi detectado um único problema, neste momento existe uma solução em cima da mesa (que se anexa) que poderá levar a Câmara Municipal a resolvê-lo. Esta solução não precisa de pareceres externos. Pensamos ser uma mais valia para o Concelho e hoje mais do que nunca tendo em conta a falta de emprego no nosso concelho até porque não foge à regra da taxa de desemprego que vivemos a nível nacional e face à dificuldade de economia que vivemos em Castelo de Paiva por arrasto de todo o nosso país pensamos que era de todo e bom senso que todos se preocupassem com o bem do concelho, e o bem do concelho é protegermos quem investe quem dá emprego, quem garante a sustentabilidade de muitas famílias e é bom lembrar que todas as empresas da maior à mais pequena que labora em Castelo de Paiva, que dá emprego neste concelho, que colaboraram para o enriquecimento da nossa terra todas não são de mais e hoje mais do*

*que nunca, e pergunto será que quem está no Poder não vê isto? Era bom que visse e já ontem era tarde. Era bom que se tivessem apercebido de todas as dificuldades que atravessam o nosso concelho, será que hoje já vê? Quem sabe vê amanhã é que ainda poderia vir a tempo de salvar esta empresa até porque as dificuldades dela começam a gerar tamanha proporção que já se vê a passas largas para a sua falência e por consequência de muitas outras do mesmo Concelho ao serem rescindidos os seus contratos, o que leva para o desemprego mais de duas centenas de Paivenses. Ainda queremos acreditar que o Sr. Presidente da Câmara e seu Executivo são pessoas de bem e que não fiquem insensíveis a tudo isto e perante a situação actual de crise vivida em todo o país não queiram que Castelo de Paiva entre mais uma vez para a história pelos motivos mais degradantes ao colocar em risco o salário de várias famílias. Por ser um assunto tão delicado e de interesse Municipal solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que tenha em consideração este nosso pedido. Como representante de todos os paivenses nesse órgão deliberativo que é a Assembleia Municipal, apelamos à sua intervenção neste processo. Com os melhores cumprimentos. A Gerência José Fernandes Mendes.”*

— Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho que referiu que tinham acabado de assistir a uma questão inédita. Que queria que constasse da acta o seu protesto pela falta de respeito para com a Assembleia Municipal e a violação do Regimento, e esperava que não acontecesse mais. Que se houve um cidadão ou uma entidade que tinha pedido o agendamento na Ordem de Trabalhos de um tema, deveria estar agendado na mesma e os membros deveriam ter recebido a documentação toda, e lembrou que o Período de Intervenção do Público era no fim da sessão. Esperava que não fossem perturbados no funcionamento normal dos trabalhos, agradecia que se começasse a Ordem de Trabalhos, e que queria ser respeitado.\*\*\*

— Usou da palavra o membro Dr. Rocha Pereira para referir que estavam perante um incidente e era nessa sequência que tinha pedido a palavra. Pensava que tinha de haver bom senso quer na forma como os trabalhos deveriam ser conduzidos quer nos pontos em discussão. Mas que era pertinente que desse uma informação à Assembleia, de modo a

que a questão que estavam a discutir fosse enquadrada e percebida por todos. O que se tinha passado era que na passada segunda feira foi contactado pelo Senhor Presidente da Assembleia, pois tinha recepcionado correspondência considerada relevante. Foram contactados os membros representantes dos Grupos Municipais Dr. Pedro Maldonado em nome do PSD e Dr. João Campos em nome do PS. Que reuniram na terça feira e discutiram o problema e foi-lhes posta a questão se poderiam assumir em nome de todos a anuência da inclusão do assunto para a Ordem de Trabalhos. Que quanto a ele poderia responder porque o estava a fazer de forma individual, mas em relação quer ao Dr. João Campos quer ao Dr. Pedro Maldonado não podiam assumir em nome de todos os que representavam a concordância para a inclusão do assunto, porque teria de haver unanimidade dos presentes. Que em função disto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que entendia que o assunto era relevante e que deveria ser dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal, que não queria assumir responsabilidade nem ónus, se efectivamente o caso JOPAVERA viesse a tornar-se complexo, e como não sabia quais as consequências, ninguém teria oportunidade de lançar sobre os seus ombros, que tinha havido omissão da sua parte, nem que tinha escondido o que quer que fosse, e que os membros da Assembleia Municipal iriam ter conhecimento do teor da carta. No entanto como o Senhor Presidente da Câmara, e a Câmara eram visados naquela carta quis falar com ele previamente, não apenas para lhe dar conhecimento da carta, mas para que houvesse coordenação quanto à forma de discussão na próxima sexta feira. Houve contacto com o Senhor Presidente da Câmara e ficou agendada uma reunião que teve lugar na quinta feira, com o Senhor Presidente da Câmara e estiveram presentes, ele mesmo, o Senhor João Dias em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, por motivos de saúde, o Dr. João Campos e em determinado momento o Senhor Vereador do Pelouro. Que achava que a atitude da Assembleia Municipal tinha sido correcta, de lealdade institucional, que deverá existir entre os dois órgãos, e foi dado conhecimento que a carta seria lida na Assembleia Municipal para que tomassem conhecimento do teor da mesma, mas antes do Período de Antes da Ordem do Dia, e que

poderiam pronunciar-se sobre o seu conteúdo. Quanto à forma como esta Mesa decidiu conduzir os trabalhos não se ia pronunciar, mas a verdade é que a Mesa tinha tomado uma decisão, mas ninguém tinha recorrido da decisão do Presidente da Mesa para o plenário, e que isto sim seria o instrumento correcto. Que tinha havido um protesto mas não tinha havido recurso da decisão da mesma, e que o protesto tinha caído por terra.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Mesa referiu que era esta a explicação que iria dar, mas como o Senhor Dr. Rocha Pereira o tinha acabado de fazer, não valeria a pena repeti-la. \*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros que referiu que estava à espera que este assunto fosse debatido. Como ainda não sabia se seria discutido, deixou um apelo à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, que fizessem todos os esforços para que este assunto ficasse resolvido o mais rápido possível, porque estava a deixar os paivenses muito abalados. Que era um assunto muito delicado, e se fosse discutido nesta sessão ainda teria mais algo a dizer.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Mesa referiu que não haveria mais intervenções sobre este assunto, e que não admitia que o público batesse palmas, mandando que se acalmasse e que se calasse.\*\*\*

\_\_\_\_ Não havendo condições de continuar a sessão, o Senhor Presidente da Mesa interrompeu a sessão por cinco minutos.

\_\_\_\_ Retomada a sessão o Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o PÚblico poderá intervir no final da sessão no período destinado à intervenção do público, que se poderia inscrever e que teria direito a intervenção, e como tal apelou que deveria manter a calma até ao final sem interromper os trabalhos, pois caso contrário teria de suspender a sessão. Continuou com a leitura da correspondência, verificando-se os seguintes pedidos de suspensão de mandato:\*\*\*\*

\_\_\_\_ Pediu a suspensão de mandato o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal José Manuel Lopes de Almeida, por cinco dias por motivos de doença.\*\*\*

\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99,

de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Manuel da Silva Moreira. \*\*\*

\_\_\_\_ Pediu a suspensão de mandato o Membro António Pedro Maldonado Martins Carvalho, por cinco dias por motivos profissionais.

\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto João Vitorino Martins de Almeida Moreira; \*\*\*

\_\_\_\_ Pediu a suspensão de mandato o Membro João Pedro Nogueira Costa Campos, por trinta dias por motivos profissionais.\*\*\*

\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António Silva Pinto. \*\*\*

\_\_\_\_ Pediu a suspensão de mandato o membro José António da Silva Rocha, por trinta dias, por motivos profissionais.\*\*\*

\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Patrícia Vieira da Silva; \*\*\*

\_\_\_\_ Presente a declaração de renúncia ao mandato (2009/2013) do Membro Alfredo José Fernandes Gonçalves, por motivos profissionais.

\_\_\_\_ Presente um abaixo assinado do SOS RIO PAIVA – Associação de Defesa do Rio Paiva, referente à poluição do Rio Paiva sobre a contaminação das suas águas por algumas ETAR's dos concelhos vizinhos.\*\*\*

\_\_\_\_ Presente uma carta dos Vereadores do PSD sobre a última reunião de Câmara referente à firma JOPAVERA Ld<sup>a</sup>.

\_\_\_\_ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. \*\*\*

\_\_\_\_ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20.06.2011.\*\*\*

\_\_\_\_ Presente a acta da sessão ordinária de 20.06.2011, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. \*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que na página

4 onde se lia “ria” deveria ler-se “iria” e na página 10 onde se lia “José Vieira Mendes”, deveria ler-se “José Vieira Gonçalves”.

\_\_\_\_ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com sete abstenções, uma do PS (Dr. Gouveia Coelho), e seis do PSD (António Costa, João Vitorino, Patrícia Silva, Cristiana Gonçalves, Filipe Valente e Daniel Rocha) e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida acta.\*\*\*

## \_\_\_\_ 2. – ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Membro Dr<sup>a</sup>. Fátima Strecht que referiu que nos deveríamos congratular com a obtenção por parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva, de uma nova viatura de combate a incêndios, que tinha sido fruto de uma parceria que resultou bem entre o Senhor Embaixador da França em Portugal, o Senhor Governador Civil, a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva. Que recentemente passaram a dispor de uma nova viatura, que ainda não dispunham e que fazia falta, que era uma viatura de desencarceramento, isto porque infelizmente já tinha havido alguns acidentes, e tiveram que recorrer aos bombeiros que tinham estas viaturas, com perda de tempo precioso nas situações a que estas viaturas se destinavam, e porque um desencarceramento se demorar mais algum tempo a fazer-se poderá ter consequências nefastas. Que tinha sido sempre uma preocupação do actual executivo a obtenção desta viatura, e salientou o empenhamento da Associação Humanitária do Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva para a obtenção desta nova viatura, e como o Senhor Presidente da Mesa era o Presidente da Direcção da Associação dos Bombeiros, poderia dar alguns esclarecimentos sobre a importância desta viatura nos Bombeiros.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que na realidade os Bombeiros estavam careniados de viaturas, que nunca eram demais. Referiu ainda que a Câmara Municipal, o Senhor Governador Civil, e o Senhor Embaixador de França em Portugal, preocuparam-se, contribuíram, fez-se o pagamento, os bombeiros fizeram um arranjo e ficou um carro operacional, e que já tinham agradecido. Quanto à outra

viatura de desencarceramento, foram buscá-la a Albergaria. Que era uma viatura equipada com todos os meios, e aproveitou para dizer o seguinte: que aquela viatura já tinha sido motivo, não de acidente, mas que pouco tinha faltado, pois não tinha estabilidade para o peso que carregava, era muito estreita, muito alta e só tinha quatro pneus, a 45km por hora não entrava numa curva, se entrasse, em vez de ir socorrer, teria de ser socorrida. Já tinham reclamado, já a tinham levado às melhores oficinas de marca, já tinham sido introduzidas algumas peças, e tinha melhorado um pouco. Mas que iam reclamar porque na realidade, esperaram tanto tempo, e vir uma viatura que nós a corrermos andávamos tanto como ela, não se justificava no século XXI. Estavam muito gratos porque veio a viatura, mas queriam viaturas que viessem resolver os problemas e não criá-los. Mas que de qualquer das formas agradecia muito à Protecção Civil, e à Dr<sup>a</sup>. Fátima Strecht por se ter lembrado deste assunto.\*\*\*

— Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira que começou por referir-se da decisão da Câmara Municipal em oferecer este ano os manuais escolares aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, e que se revia nesta iniciativa, que era louvável e merecia ser sublinhada. Mas não se revia na forma como a mesma foi concretizada, porque o critério que foi definido, e de acordo com o e-mail enviado, deram a entender que o critério era o das dificuldades dos encarregados de educação e dos rendimentos das respectivas famílias. Na sua opinião não tinha havido critério e o que tinha acontecido era que a Câmara Municipal tinha disponibilizado às famílias sem recursos financeiros, mas de igual modo às famílias que auferiam cinco a oito mil euros, a todas as famílias foi conferido aquele direito. Na sua opinião isto não era justiça. Não lhe parecia justo que se colocasse no mesmo prato da balança, pais, famílias e encarregados de educação sem possibilidades, e aqueles que efectivamente tinham. Que sempre tinha ouvido dizer que deveríamos ajudar quem necessitasse. Quanto ao boletim informativo, compreendia que a Câmara Municipal, tivesse necessidade de passar mensagem aos munícipes, e também não ia discutir o conteúdo do boletim informativo (BI), não sabia se em bom rigor deveria chamá-lo de BPI (Boletim de Propaganda e Informação) mas como não eram compatíveis ficaram no (BI). Nem sequer ia discutir se as obras deveriam ter sido realizadas

pelas Juntas de Freguesia, se eram relevantes ou não as questões de valetas e caminhos. Nem sequer ia discutir a questão das mais de sessenta fotografias em que o Senhor Presidente da Câmara aparece. Que preferia que em vez das obras de proximidade que são referenciadas, estivessem a falar no orçamento participativo. E como estavam em Setembro e o orçamento para o próximo ano de 2012 irá ser apresentado oportunamente deixava à reflexão e consideração da Câmara Municipal no sentido de avançar na implementação do orçamento participativo. Mas que todavia o reparo que fazia a seu ver, empunha-se algo mais modesto e mais simples. Que este boletim informativo revelava uma ostentação que não se coadunava com a tão apregoada e infeliz real dificuldade financeira em que se encontrava o Poder Local em geral, e o País. Que tinha ouvido dizer, e com alguma razão de ser, que este boletim era um sinal exterior de riqueza. Que no fundo pensava que era possível dizer o que quisessem, passarem a mensagem, mas através de recursos mais modestos, mais simples porque o que contava era o conteúdo. Quanto ao caso do teor da carta que foi lida da JOPAVERA, importava que todos soubessem que a Assembleia Municipal não tinha competência para tomar decisões sobre a questão de emissão de licenciamentos, ou cassação de alvarás ou o que quer que seja, e que era estritamente da competência da Câmara Municipal. Mas a Assembleia Municipal poderia fazer recomendações e sugestões ao Executivo. Face ao que já tinha referido e as explicações que tinha dado, e fundamentalmente dado o estado em que o processo se encontra, que como a maioria das pessoas sabe, que se aguarda a emissão de um parecer que foi solicitado pela Câmara Municipal, não se lhe afigurava que este fosse o momento adequado para que estivesse a tecer considerações de fundo sobre o caso. Que quando o assunto estivesse concluído e se em consciência entendesse que algo tivesse que ser dito que o faria. Que as pessoas deveriam ter serenidade e calma, e que aguardassem pelo desfecho do Processo. Mas que fazia um apelo ao bom senso daqueles que terão a grande responsabilidade de decidir nesta matéria, de certeza iriam ter em consideração aspectos importantíssimos, que ia ter a ver com o próprio valor do investimento que foi feito, das consequências que naturalmente serão nefastas para a firma promotora.

Se tivéssemos no final uma decisão negativa, que todos tinham consciência das próprias consequências laborais para os empregados da firma em causa, que tinham consciência que seria uma machadada na imagem do Município, e tendo até em conta que haveria quem sustentasse que o promotor, não tinha quaisquer responsabilidades do que estava a acontecer. Que havia quem sustentasse que o problema seria de fácil e rápida resolução, pensava que tendo em conta estes factores, se assim fosse queria acreditar que o bom senso iria imperar e que este problema acabaria por ser resolvido a contento de todas as partes, era isso que desejava que acontecesse. Mas que se as coisas corressem mal, não queria adiantar perspectivas, não ousava sequer fazer conjecturas, mas seria algo verdadeiramente dramático. Mas como era crente convicto, porque lhe parecia que havia muito boa vontade por parte de toda a gente, parecia-lhe que os elementos que estavam em discussão apontavam no sentido de uma boa solução para o caso, queria acreditar que assim seria.\*\*\*

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real para perguntar se o Relatório de Execução do Planeamento Financeiro teria de ser entregue até ao dia 8 de Outubro do corrente ano, e se era verdade porque razão ainda não tinha sido dado conhecimento à Assembleia Municipal, para a respectiva análise? Mais uma vez reivindicou funcionários para o serviço na Junta de Freguesia. Que a Freguesia de Real era um terço do Concelho, eram 33Km2, e não conseguia chegar a todos os lados, e que as manifestações por parte dos munícipes eram muitas. Mas que havia factos que saltavam à vista, e sem ter nada contra o Presidente da Junta de Freguesia da Raiva, mas recentemente tinha passado em Serradelo, véspera de festa, e andavam sete funcionários a fazer limpeza, alguns dos quais da Câmara Municipal, e enquanto Presidente de Junta sentia-se lesado. Que não estava em causa o facto de lá andarem, estava em causa a discriminação das Juntas de Freguesia. Deu uma palavra de apreço à Câmara Municipal, sobre o saneamento do Vale da Mota, e do esforço que fizeram pela resolução do saneamento, mas já depois da intervenção houve uma descarga de saneamento pelos campos abaixo, e os proprietários reclamaram. Gostava que mandassem os técnicos ao local,

e de saber o que se passou. Quanto ao Boletim Informativo referiu que não se estava em tempos de mandar papéis com aquela qualidade para casa das pessoas. Não iria discutir o que estava feito, nem iria pôr em causa as obras, e que a mais pequena obra feita no Concelho era importantíssima. Pensava que as cerca de setenta fotografias em que o Presidente da Câmara aparecia era um pouco elucidativo da imagem do executivo que tínhamos, e que achava que havia outras formas de chegar à população e que tínhamos que ser comedidos em tudo, que o desculpassem por falar muito em nome das juntas de freguesia, mas eram as pessoas que mais pediam, mas que ao fim e ao cabo eram as pessoas que mais compreendiam a falta de dinheiro do Município, o que não compreendiam eram estas coisas. Mostrou o seu desagrado quanto à questão dos transportes escolares, e da forma como foi tratado, pois há muitos anos que eram as IPSS e as Juntas de Freguesia do concelho que faziam os transportes escolares, que compreendia mais uma vez a posição da Câmara Municipal em querer reduzir custos, mas tinham de ter cuidado com o que se fazia, se as coisas corriam bem não se deveria mexer. Mostrou também o seu desagrado pelo facto de ter recebido um telefonema de um taxista do concelho a perguntar se já tinha os editais na Junta, pois na Câmara tinham-lhe dito que lhe iam arranjar transportes escolares. E que educadamente teve de responder que se na Câmaras lhe tinham prometido aquele trabalho, então que se dirigisse à Câmara Municipal. Que teriam de ter cuidado com o que diziam. Solicitou esclarecimento relativamente à viatura oferecida aos Bombeiros, qual tinha sido o valor total da oferta e qual a participação total da Câmara Municipal. Por último referiu-se à questão do processo da JOPAVERA, que estava convencido que iria ter um desfecho feliz, apelou ao bom senso dos intervenientes directos, pois estava em causa a insolvência de uma grande empresa do Concelho. Que estavam em causa mais de duzentas famílias de paivenses, e também se dirigiu aos Presidentes de Juntas de Freguesia, pois a referida empresa empregava funcionários das nove freguesias do concelho, e lançou um desafio, que dissessem qual a resolução deste processo. Entendia que havia forma legal de ultrapassar este problema, e se a Mesa o permitisse gostaria que os Vereadores da oposição explicassem à Mesa a aos

presentes qual a forma legal de resolver o problema. Fez ver que a imagem do Concelho de Castelo de Paiva estava denegrida, que era sempre conhecido pelos piores motivos. Que tínhamos coisas boas no Concelho, mas tínhamos sempre que nos agarrar às más coisas. Referiu que a Comunicação Social era um dos grandes culpados pela imagem que passava para fora do Concelho, e que em termos de informação era neste momento o meio que melhor transmitia aquela imagem, e senão for cuidada a forma como se transmite, por vezes os meios não justificam os fins. E apelou aos membros da comunicação social que pusessem a mão na consciência, naquilo que por vezes passam nesses órgãos de comunicação social. Solicitou que o esclarecessem porque razão o Presidente da Câmara não quer discutir a proposta do PSD sobre o assunto do Processo JOPAVERA com os serviços técnicos? Achava que se havia algum problema técnico, os técnicos deveriam discutir, intervir, e darem os seus pareceres, pois o assunto era muito sério, mas achava que ainda havia uma hipótese de resolução. \*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Membro Prof<sup>a</sup>. Giselda Neves que se congratulou pela iniciativa do Executivo que apostou de uma forma assertiva na educação do Concelho. Poderá haver sempre críticas, mas era a primeira vez que havia oferta gratuita dos manuais escolares a todos os alunos do primeiro ciclo. Até sabiam que tinha havido problemas a nível dos outros ciclos na atribuição de subsídios, o que queria dizer que as famílias tiveram que suportar o custo dos livros, e só mais tarde será reposta esta quantia. Mas achava que tinha sido uma medida boa. Que já trabalhava há vários anos neste concelho, e sempre ouviu dizer que o primeiro ciclo era o parente pobre da educação, por isso congratulava-se por algumas medidas que faziam parte do programa eleitoral deste executivo que começavam a ser concretizadas, foi uma primeira vez, haverá sempre críticas e pontos negativos a apontar, mas teríamos de realçar pela positiva. E também era um esforço que estes alunos, pela primeira vez, que até podiam não ser de famílias carenciadas, mas que receberam de igual modo os livros numa sala de aula era um motivo de orgulho, e deveriam apoiar e dizer que avançassem com iniciativas deste teor.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de

Sardoura para referir que lamentava e que tinha ficado chocado, porque todas as questões que apresentou na Assembleia, nenhuma tinha sido resolvida, mas que iria continuar a apresentar todos os problemas da freguesia. Solicitou ao Executivo, e uma vez que estava em poder da Câmara Municipal o projecto da Casa Mortuária, e que já há muito tempo em reunião estiveram a discuti-lo, gostaria de saber se merecia aprovação, se queriam fazer alguma alteração, se o traziam à reunião de Câmara, pois a Junta de Freguesia estava disponível para avançar o mais rápido possível com aquela obra. Que na última Assembleia Municipal solicitou que arrasassem o buraco que tinha sido feito pela Câmara a pedido de um proprietário, e que ainda não tinham feito nada.

Depois de ouvida a resposta do Senhor Vice-Presidente a informar que o buraco já tinha sido arrasado naquele mesmo dia, o Senhor Presidente da Junta agradeceu mas referiu que provavelmente o trabalho teria sido efectuado por ser dia de Assembleia Municipal. Solicitou informação sobre o corte de trânsito a pesados na 222, qual o motivo e se iria continuar condicionado o trânsito a pesados. Que na reunião de 3 de Setembro em que esteve presente o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi deliberado mandar uma proposta ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, e que o Senhor Presidente da Câmara tinha referido que depois lhe mandava cópia da referida proposta, mas até ao momento não a tinha recebido. Sobre o Processo JOPAVERA Ld<sup>a</sup>. gostaria que ficasse tudo resolvido, visto tratar-se de pessoas de bem, empregadoras, que alimentavam muitos trabalhadores, eram do Concelho de Castelo de Paiva, e também eram muitos da Freguesia de Sardoura, e gostaria que da parte do Executivo da Câmara Municipal houvesse a possibilidade de resolver o processo de uma vez por todas, para bem de todas as famílias destes trabalhadores e dos paivenses.\*\*\*

Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que o público era bem-vindo, e que viessem sempre, e que se alguém tinha dado a entender que alguém da bancada do PS tinha má vontade contra o caso que tinha trazido aqui a maior parte das pessoas presentes, ou contra qualquer outro caso de Castelo de Paiva, os tinha induzido em erro. Que iriam mudar de opinião em relação a ele. Que intervinha

sempre em favor da sua terra e em favor de todos. Que o episódio inicial pareceu-lhe ofensivo e achava que não se tratava ninguém assim. E quando tinha dito que não era permitido aplaudir, não estava a inventar nada, pois fazia parte das regras democráticas. Que o artigo 84º. da Lei 169/99, a propósito das sessões que são abertas ao público, que era proibido sobre qualquer pretexto intrometer-se nas discussões, e aplaudir ou reprovar, de tal modo que se o fizerem estarão sujeitos a aplicação de uma coima no valor de 100€ a 500€ e, advertir, se persistirem cometiam o crime de desobediência. Que tinha sido a única coisa que tinha dito. Que todos poderiam intervir no fim. Considerava-os todos amigos e conterrâneos, e que podiam contar com ele e com a bancada onde se integrava, e se este caso fosse legal que se agendasse na ordem de trabalhos, e que distribuíssem documentação, pois não aceitava ser instrumentalizado, e que o seu voto nunca iria depender de alaridos, mas sim da sua consciência, e se fosse um caso possível de ser agendado, que o fizessem, e com os técnicos se fosse o caso. Que estávamos num estado de direito, e que por isso havia regras para estarem aqui. Que o princípio da legalidade era que todos estavam obrigados a agir de acordo com as leis e regulamentos, e solicitou à Mesa que analisasse se era de agendar ou não, e à Assembleia Municipal o que competia à Assembleia Municipal, à Câmara Municipal o que competia à Câmara Municipal, ao Tribunal o que competia ao Tribunal, à Policia o que competia à Policia, neste caso e em todos os outros. Que este caso para ele não era mais importante nem menos que o caso do Senhor Manuel ou da Senhora Maria. O que exigia à Câmara Municipal era que cumprisse a lei e os regulamentos, se decidissem contra a lei e os regulamentos, obviamente que estava contra, porque bastava de violar leis e regulamentos nesta terra. Que não se podiam violar as leis, e depois em vez de remediar e porem o comportamento de acordo com a lei que foi violada, não, mudavam a lei para tentar remediar o comportamento errado. Que isto efectivamente tinha dado mau resultado nesta terra, bastava que olhassem para o caso do Marmoiral. Que gostaria de saber onde estavam os membros da Assembleia Municipal e os militantes dos partidos ao tempo, porque tinha havido uma insolvência, tinha havido muitos prejuízos naquele caso, e não poderia haver, e portanto não se poderiam

tomar decisões que causassem prejuízos, e que estaria sempre contra. Que a carta que tinha sido lida, e que não se podia discutir, tinha uma coisa que a ser verdade, era muito grave, e assim já era um assunto da Assembleia Municipal, que pudesse haver alguém discriminado, que houvesse decisões porque alguém tivesse as barbas compridas ou mais curtas, ou que fosse deste ou daquele partido, e que isto não podia acontecer, e isto sim, poderia ser um problema grave. Mas que não era só para este caso, era para todos os casos, de todos os processos de licenciamento de obras, e outros em que houvesse razão de queixa dos cidadãos, e aí a Assembleia Municipal poderia intervir. Que não poderia haver dois pesos e duas medidas. Que todos tinham de ser tratados de modo igual. O que o movia e aplaudia era o princípio da legalidade. Que o problema de mais ou menos trabalhadores, ou mais ou menos prejuízo não dava o direito de violar a lei, se houvesse lei para violar, e como não sabia se havia, recusava estar a discutir um assunto sem elementos. Que se tinha havido violação da lei, o problema já não era da Assembleia Municipal, embora pudesse apreciar os problemas como concretos, mas recomendou que antes de mais, se cumprisse a lei, os regulamentos e os princípios de legalidade e igualdade de todos. Que lhe custava sempre muito quando alguém se queixava que tinha sido mal tratado, ou menos bem atendido na Câmara Municipal, e ter ficado com a ideia que foi assim porque não tinham gostado dele. Que a sua posição perante este assunto, se fosse ou pudesse ser agendado, concordava que se fizesse uma Assembleia Extraordinária para debater este ou outros assuntos conexos. Mas não gostaria de ser confrontado com alteração de Planos Gerais de Urbanização ou de Plano Director Municipal para remediar as violações que tinham sido feitas antes. Que se as leis estavam mal, que as mudassem, mas enquanto não as mudarem tinham de ser cumpridas. Que quem ao fim de tantos anos clamou por ver aqui tratadas e discutidas questões tamanhas que eram do interesse público, como tinha sido o caso dos terrenos da feira, não tinha autoridade nenhuma para ser contra a discussão seja do que for. Que gostava que as pessoas fossem coerentes, e na altura não abandonassem a Assembleia Municipal e não convocassem oito assembleias seguidas e tivessem faltado para não discutirem uma coisa que tinha a ver com os terrenos

que defendia que eram terrenos públicos. Que achava que todas as coisas que interessassem aos paivenses podiam e deviam vir aqui. Por último registou que se tinha conseguido quase um milagre, e que a Câmara Municipal tinha tido um papel importante, de se fazer a vindima colectiva na Adega Cooperativa de Castelo de Paiva que estava numa fase muito complicada. Que tinha sido uma grande vindima, apesar de muitos terem tido uma produção inferior ao normal, mas mesmo assim mais de cem vitivinicultores desta área geográfica, conseguiram colocar as suas uvas, e que tinham sido vinificadas cerca de mil pipas de vinho. Que faltava o segundo milagre, mas que ia haver uma reunião na tentativa de manter a Adega para o futuro.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado para referir que tinha sido com alegria e satisfação que tinha visto acabadas as obras na Rua António Sérgio. Mas com tristeza tinha reparado nas deficiências que existiam na mesma, desde os passeios mal acabados, tapete de fraca qualidade, e o pior de tudo eram as passadeiras que além de serem bastante elevadas, estavam mal acabadas conforme já se tinha verificado. Que já havia muitas reclamações, devido à altura das passadeiras o que fazia com que as pessoas procurassem alternativas, pois prejudicavam as viaturas. Quanto ao Bairro Social da Vila merecia que vissem o estado degradado em que se encontrava a zona envolvente e que as obras eram urgentes para bem de todas as pessoas que passavam e viviam lá. Quanto à questão do licenciamento da obra da Avenida General Humberto Delgado, da Empresa JOPAVERA, tinha pedido uma reunião ao Senhor Presidente da Câmara com urgência e aguardava a marcação da mesma. Que a Junta de Freguesia estava bastante preocupada, e para que não acontecesse o mesmo, como no passado recente com o edifício Marmoiral. Que não sabia quais as razões que existiam para o licenciamento o certo era que vivia há mais de cinquenta anos nesta freguesia e o Centro da Vila à noite estava deserto, isto dava que pensar e era muito triste. Por último felicitou o Senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva pelas viaturas adquiridas, que já as conhecia e tinha muito gosto.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Fornos que solicitou que o esclarecessem sobre a questão do saneamento, porque a

obra estava prevista para começar no final deste ano, e gostava de saber se havia novidades, e para quando estava previsto o início da obra, porque a ETAR ia ser construída muito perto do Cais do Castelo, gostava de saber dos avanços da obra do Cais. Relativamente à obra do Cais tinha visto no Boletim Informativo, e queria ter uma resposta do Senhor Presidente, se garantia a obra que vinha no Boletim Informativo, porque senão garantir, então teria de dizer que era um boletim de propaganda. Que tinha conhecimento que metade do Projecto daquela obra não ia ser realizado, e senão ia ser realizado, não deveria passar aquela imagem para a população. Que em relação ao Cais, agradeceu ao Senhor Vereador José Manuel Carvalho Presidente da Concelhia do PS, por ter escolhido a Freguesia de Fornos para a “reentré” do Partido Socialista, tinha sido um modo dos buracos no lugar do Castelo terem sido tapados, o que agradecia. Também referiu que no Lugar do Cais estava uma placa virada para o parque que dizia “Parque PS”, e que deveria ser Parque Público”, a não ser que houvesse algum protocolo de cedência para o Partido Socialista. Quanto ao processo JOPAVERA, não iria falar no edifício em causa, mas alertava para o bom senso para que tudo corresse bem, não só pela preocupação do desemprego, já bastava que o Concelho tivesse uma taxa superior à média nacional, e daqui poderia advir mais desemprego. Nessa perspectiva era uma preocupação de todos, e que estavam ali para resolver dentro da legalidade, tudo o que fosse possível. Que havia muita gente que não tinha conhecimento dos Censos, e que o Concelho de Castelo de Paiva teve um decréscimo populacional, e era preocupante, porque senão tínhamos cá pessoas, não haveria investimento e não conseguiríamos crescer. Que estava preocupado em relação à Freguesia de Fornos, porque tinha sido a Freguesia com maior decréscimo populacional de 11% desde 2001 a 2011. Que isso o preocupava, porque a empresa referenciada estava a construir uma urbanização em Fornos, por etapas, pensava que havia mais um projecto aprovado de mais vinte habitações, que já tinham sido construídas doze, e informou que destas doze casas já foram ocupadas por dez famílias de fora da freguesia, e destas dez, quatro vieram de fora do Concelho. Achava que tinham de ter noção da importância que esta Empresa tinha, e dos problemas que pudessem surgir com outras

empresas, por isso esperava que tudo se resolvesse por bem, e que de certeza se iriam resolver os problemas dentro da legalidade.\*\*\*

\_\_\_\_\_ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel que se referiu com respeito à educação e achava que o nosso concelho merecia um pólo educativo e que tinha condições demograficamente para ter um pólo educativo por freguesia, solicitou informações sobre a Escola de Real e o que se tinha feito. Quanto ao caso JOPAVERA solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que o informasse como estava o processo, porque gostava de sair dali informado. Solicitou também que os Vereadores do PSD, e uma vez que tinham uma proposta para a resolução do problema, que informassem qual era essa proposta, pois gostava de sair dali como membro da Assembleia mais informado.\*\*\*

\_\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e começou por responder à intervenção da Dr<sup>a</sup>. Fátima Strecht, relativamente às duas viaturas dos Bombeiros, também se congratulou com este facto, e que a Câmara tinha tido uma colaboração, que se encontrou no âmbito do Plano de Actividades da Instituição, e tinha sido atribuído um montante de 3.750€ , e que os restantes valores tinham sido atribuídos pelo Senhor Governador Civil Dr. José Mota e pelo Embaixador de França, Senhor Pascal Teixeira, que também se congratulou com a viatura que foi recentemente entregue pela Autoridade Nacional de Protecção Civil. Efectivamente tinha havido uma demora que considerava excessiva, mas finalmente tinha chegado, apesar de já ter sido necessária, porque tinham havido acidentes de grande expressão e com vítimas mortais. Quanto à intervenção do Dr. Rocha Pereira e quanto à distribuição dos manuais escolares, a questão da generalidade da atribuição dos manuais tinha sido pensada pelo Executivo, e que a diferença existente entre os alunos subsidiados e aqueles que não tinham subsídio, era residual, e como todos sabiam a diferenciação no âmbito fiscal não era a mais correcta nem a mais justa. Que tinham optado por fazer uma aposta na educação numa perspectiva de compromisso que assumiram no programa eleitoral que constava a atribuição dos manuais escolares aos alunos do primeiro ciclo. Considerava uma medida importante porque o momento que a grande maioria das famílias atravessava era um momento de grande

delicadeza em termos financeiros, que tinha sido um conforto que tinham dado a muita gente, e que o resultado tinha sido extremamente positivo. Considerou que esta iniciativa era de todo o Concelho de Castelo de Paiva e de todas as freguesias do concelho, porque senão tivessem canalizado este investimento para os manuais escolares teriam uma pequena fatia para outro tipo de investimento, e provavelmente um ou dois caminhos que poderiam realizar, mas tinha sido uma aposta que fizeram, e que apostar na educação era apostar no futuro. Quanto ao Boletim Informativo que foi distribuído, e quanto às fotografias em que aparecia o Presidente da Câmara, poderia ser um sinal em como o Presidente estava sempre presente, mas o que importava realçar era que o Boletim Informativo surgiu a meio do mandato, e era um instrumento que considerava fundamental para a informação e esclarecimento. Que tinham sido prestados alguns esclarecimentos, que julgou de todo importantes para os paivenses, ao nível da política que tinha sido seguida pela Câmara Municipal, sobretudo ao nível da gestão, que tinha sido positiva face aos resultados que conseguiram alcançar em cerca de dois anos de mandato. Que sabia o que tinha custado, tinham sido muitas as intervenções legítimas dos Senhores Presidentes de Junta, relativamente a investimentos, que gostariam de os ter já no terreno, mas tinham que levar isto com alguma moderação de forma a serem uma entidade cumpridora e que conseguisse gerir os escassos recursos que tinha. Que o que se avizinhava era extremamente complicado para a gestão autárquica, sobretudo em municípios de pequena envergadura como este. Que pelas notícias que tinham vindo a público, e o que já estava assumido pelo governo, reconheciam que o momento que o País atravessava era delicado, mas o que os esperava no próximo ano, era muito mais grave. Deu como exemplo, e que estavam a antever em termos de acréscimo de despesa na parte da energia eléctrica, estavam a contar em cerca de 101 mil euros, com este aumento de 17% do IVA, e que já tinha ouvido falar no aumento da tarifa em cerca de 30%, apesar do Senhor Ministro já ter dito que não seria bem assim. Mas mesmo sendo um aumento com valores consideráveis, iria doer ao Município de Castelo de Paiva, e teriam que avançar com medidas mais duras, e cortar na iluminação pública. Se somassem a isto o aumento dos transportes

escolares, e no corte que estava previsto entre 5% a 10% das transferências do Estado, seria ainda uma realidade mais dura para o próximo ano. Tinham realizado investimento, mas sempre numa perspectiva de planeamento, sempre prevendo quando poderíamos pagar, e dizer isso às empresas e aos fornecedores. Tinha sido isso que aconteceu com os manuais escolares, em que a entidade que os colocou na Câmara era um comerciante local, e que com ele tiveram que acertar um plano para pagar os manuais e tencionavam cumprir. Isto criava uma asfixia muito grande no Município e naquilo que eram os seus compromissos. Referiu-se sobre os protocolos que tinham com as IPSS e com as Instituições de Solidariedade Social do Concelho e agora com as Juntas de Freguesia com os transportes escolares. Que podia dizer que era extremamente difícil honrar os compromissos no âmbito daqueles protocolos. Mas tinham conseguido colocar as verbas com um adiantamento que poderá atingir os 200 mil euros, daquilo que eram as transferências obrigatórias do Ministério da Educação para com a Câmara Municipal. Que o mesmo se passava no âmbito do programa da fruta escolar, que aderiram, que era uma medida importante para a alimentação das crianças, pagaram ao fornecedor que era de Castelo de Paiva, mas ainda não tinham recebido um centímo do Ministério da Educação e da Agricultura sobre esta iniciativa. Que o mesmo se passava com a obra da Rua António Sérgio que de facto tinha deficiências que reconheciam, mas também tinham feito um esforço para conseguirem cumprir o pagamento dos autos que chegavam à Câmara Municipal, e eram verbas consideráveis. Que sentia algum orgulho quando leu o Jornal de Notícias que vinte e quatro Câmaras já estavam falidas e felizmente esta não constava da listagem. Era um esforço que se estava a fazer e não havia milagres e com certeza os tempos que se avizinhavam serão muito mais duros, mas este caminho era importante seguir sob pena de a Câmara ser completamente ingovernável. Que dizia isto com tristeza porque gostava de ter muitos mais meios para servir os nove presidentes de junta de freguesia. Mas não era fácil conciliar os compromissos assumidos e fazerem investimento. Que esta política tinha de ser seguida, e se olhassem para o País as medidas que tinham sido adoptadas tinham sido penalizadoras para as pessoas, e que estas

medidas que estavam a ser tomadas ainda eram insuficientes, e outras que aí virão serão muito mais duras, e que o futuro irá ser muito pior. Quanto ao Caso JOPAVERA, já tinha dito por várias vezes que era um assunto que preocupava muito o Executivo. Que era um assunto muito delicado e não era insensível àquilo que estava em questão. Que já tinha tido esta conversa com os líderes das bancadas onde esclareceu de fio a pavio todo o procedimento que foi adoptado neste processo. Poderiam ter cometido erros, mas o que procuravam era o cumprimento da legalidade, sob pena da sua conduta ser colocada em causa mesmo em termos criminais. Mas que disso não abdicava, pois tinha direito à sua liberdade e de estar de bem com a vida. Mas que por outro lado queria resolver este problema, mas também dizia que não era com qualquer tipo de pressão que se queria criar no processo, que não ia alterar o seu caminho relativamente àquilo que era o cumprimento da legalidade, e aquilo que era a busca incessante de uma solução para este problema. Que ia aguardar serenamente, pelo desfecho em definitivo, do parecer da CCDRN que se antevia que estava para muito próximo. Que na sua opinião quanto menos se politizar e partidarizar estas questões, era melhor para toda a gente. Que queria continuar a orgulhar-se da sua conduta enquanto representante máximo deste concelho, e queria sair daqui com a consciência tranquila, e sair com os problemas resolvidos.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Mesa interrompeu a palavra para solicitar ao público presente na sala, que se acalmasse, para que os trabalhos continuassem normalmente.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real sobre a questão do Planeamento de Saneamento Financeiro, de facto teriam de apresentar o relatório de execução, mas que a informação que tinha da pessoa responsável do estudo, o prazo terminava no final de Setembro e era contabilizado no dia seguinte, que era a informação que tinha sobre este assunto. Quanto aos funcionários da Junta de Freguesia de Real, gostariam de ter mais meios do que tinham, mas os recursos que sempre tiveram era sempre no âmbito dos contratos de inserção, e como estavam vedados na admissão de pessoal, e tinham tido muitas pessoas

que tinham ido para a reforma na Câmara Municipal, felizmente tinham pessoas com grande qualidade de trabalho e empenho que tinham ajudado no trabalho que tinham vindo a realizar pelas freguesias. Relativamente à questão do saneamento em Real foi uma resolução que se encontrou, feito com a prata da casa, com o Senhor Vice-Presidente, com os técnicos e os nossos funcionários aproveitando um recurso que estava completamente abandonado, e que tinha sido aproveitado, implantaram no local e minimizaram um efeito que estava a criar muitos problemas na Freguesia de Real junto da Urbanização do Vale da Mota. Quanto às pessoas que estavam na freguesia de Raiva, não tinha conhecimento desta questão, mas por princípio procuravam atender e resolver os problemas das nove freguesias do Concelho. Quanto à questão dos transportes escolares, referiu que fizeram uma alteração ao nível dos transportes escolares e ao nível das freguesias, atribuíram essa competência com o respectivo pacote financeiro e deram liberdade a cada uma das Juntas de Freguesia, para que se quisessem trabalhar o procedimento junto dos operadores locais ou com a própria Junta de Freguesia, porque como sabiam, ou uma grande parte delas tinham viaturas associadas a este tipo de transportes, e já tinham compromissos assumidos no âmbito da aquisição daquelas viaturas. Pensava que era uma forma de delegar uma competência. Que era uma questão de proximidade e que o apelo que fez era para reduzir os custos dos transportes escolares, no último ano tiveram um aumento de 10.000 euros relativamente à verba do ano anterior, fazia um apelo à redução porque a Câmara Municipal estava com dificuldade em cumprir com todos os objectivos que tinha. Que isto era uma necessidade e foi criado um serviço muito próximo das populações mas que ficava muito caro à Câmara Municipal. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura e quanto ao projecto da Casa Mortuária, e como todos sabiam que quem tinha a iniciativa deste tipo de investimentos ou eram as paróquias ou Comissões Fabriqueiras, ou as Juntas de Freguesia e esse modelo não deveria ser alterado, porque todas as outras Freguesias tinham feito aquele investimento, e que feito este caminho não queria invertê-lo a meio do percurso, mas que a disponibilidade da Câmara para colaborar se a Junta de Freguesia assim

o entendesse em avançar com a iniciativa, estariam disponíveis de algum modo, a exemplo do que aconteceu com a feitura do projecto que já vinha do executivo anterior. O Senhor Presidente da Câmara referiu que interrompia a sua intervenção, e dava a palavra ao Vice-Presidente.\*\*\*

\_\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura, referiu que estava muito triste porque o seu telemóvel estava ligado vinte e quatro horas por dia aos Presidentes das Juntas de Freguesia, falava com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura todas as semanas, e que tinha sido incapaz de lhe dizer que estava um buraco na Quinta da Devesa que não tinha sido fechado. Já tinha dado ordem aos serviços para que o trabalho fosse efectuado, o que não fizeram, mas que ainda naquele mesmo dia e nos dias anteriores tinha falado com ele ao telemóvel, e que tinha sido incapaz de o ter alertado para o problema. Que naquele dia se tinha deslocado ao local para se certificar e mandar fazer o trabalho. Que os Presidentes de Junta deveriam alertar para os problemas existentes nas Freguesias. Lamentava que o Senhor Presidente não o tivesse alertado para o efeito, e era complicado porque tinha de pensar se podia confiar nele, pois naquele mesmo dia tinha falado com ele ao telemóvel sobre obras na freguesia, e não foi capaz de o alertar para o buraco que tinha na freguesia. Que não achava correcto, que respeitava todos os Presidentes de Junta e dava sequência às solicitações que eram pedidas dando resposta a todos, e por essa razão não merecia esta traição. Mas que ia continuar a trabalhar, que era para isso que ali estava. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real sobre o saneamento do Vale da Mota, quando aconteceu o problema o Secretário da Junta deu-lhe nota da situação, que tinha ficado preocupado, e que lhe tinha pedido para estar atento para ver se havia alguma sequência. Que anteontem tinha estado com ele na Escola de Nojões, e que lhe tinha perguntado se havia algum problema e que lhe respondeu que não, por isso agradeceu a informação que tinha dado. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos sobre a ETAR de Fornos, que a mesma não era da competência da Câmara, mas sim da SIMDOURO, mas que sempre lhe tinha dado nota do processo. Como já lhe tinha dito o

Processo da ETAR de Fornos, ficaram de abrir propostas em 23 de Julho, ficaram adiadas para Agosto e depois adiadas para 23 de Setembro. Tinham sido abertas naquele dia e estavam em análise. Que estava correcta a intervenção que tinha feito, mas se a questão que colocou fosse colocada por um membro da Assembleia, compreendia, mas que o Senhor Presidente da Junta de Fornos falava com ele todos os dias ao telefone e não lhe tinha perguntado nada sobre este assunto, e que os Presidentes das Juntas tinham a porta aberta do seu gabinete para falarem com ele, não o faziam, e depois vinham para a assembleia colocar questões.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos que respondeu que tinha falado da ETAR, porque a mesma vai ser construída na Freguesia de Fornos, e porque fazia parte da Comissão de Acompanhamento do Saneamento, com o Senhor Jorge Quintas, Dr. Rocha Pereira, e Dr. Lopes de Almeida, e que tinha pedido para que fosse informada a Assembleia sobre este assunto. Que bem sabia que a obra não era da responsabilidade da Câmara. Pensava que a Câmara Municipal tinha o dever de informar a Assembleia daquilo que se estava a passar, que tinha sido nesse sentido que perguntou, porque sabia perfeitamente, pois tinha estado a falar há dois dias com o Senhor Vice-Presidente, e como lhe disse que a proposta ia ser aberta no dia 23, só queria que explicasse e informasse a Assembleia de como estava o processo de saneamento, não era uma questão do Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, mas sim da Comissão de Acompanhamento do Saneamento que nunca mais reuniu.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção e referiu-se quanto ao corte de trânsito a pesados que foi efectuado na Freguesia de Sardoura, e como todos sabiam era um impacto significativo e com os prejuízos naquela via pelo tráfico de pesados por causa das obras na A32, mas que tinham criado grandes problemas, mas que já estava a tratar com o empreiteiro que realizou aquela obra. Que o corte de trânsito a pesados estava previsto até final de Setembro. Quanto à questão da saúde, a cópia da carta que tinha sido enviada ao Senhor Secretário de Estado, podia levá-la no final da reunião. Que era uma questão muito importante e que o despacho que o Secretário de Estado

fez em Agosto poderia vir a ter reflexos muito negativos em Castelo de Paiva. Que a alteração dos valores de referência por hora a cada um dos médicos que estavam agregados às empresas prestadoras de saúde, era um problema muito sério. Que neste momento estavam três médicos, e um estava em substituição. E que neste momento havia o risco de abandonarem o concelho e ficávamos sem três médicos. Que aguardava a todo o momento que fosse chamado para uma reunião na ARS Norte. Mas o que estava a acontecer era que a equipa que estava na ARS Norte, iria ser substituída a partir de Outubro, ou seja estavam num impasse, que aqueles que ainda estavam em funções não podiam decidir nada, pois também não tinham orientações do próprio Secretário de Estado, e aguardava que a ARS Norte o convocasse para a reunião. Que o número de consultas que estes médicos prestavam no nosso Concelho era bastante elevado, e que deixarão de existir mensalmente. E que se os três médicos saíssem do Concelho, que o Centro de Saúde entrava em rotura, e quase seguramente o Posto Médico de Sardoura encerraria. Que esta era uma luta que deveria mobilizar toda a gente, pois estava a falar, de um bem essencial que era a saúde, dos cuidados primários de saúde, era o médico de família que até aqui estava minimamente estabilizado, e que de facto com esta situação entravam em rotura. Que a população deveria estar atenta, porque depois de encerrar nunca mais abriria. Que esta semana tinha havido um problema de comunicações, que já vinha sendo recorrente há vários dias, no Posto Médico de Sardoura, que tinha dado instruções aos serviços para entrarem em contacto com a Portugal Telecom para resolverem o problema de imediato, para não se darem motivos a ninguém para que de um momento para o outro viessem encerrar o Posto Médico. Que toda a gente tinha consciência, que a saúde se não fosse pública, tinha um preço elevado, e as pessoas não tinham condições para pagar. Que teriam de ter um bom princípio de negociações junto das entidades, mas poderiam ter aqui um problema bocado para resolver nos próximos tempos. Quanto à intervenção do Dr. Gouveia Coelho, aproveitou para reconhecer publicamente o trabalho desenvolvido no âmbito da insolvência da Adega Cooperativa. Que tinha sido uma pessoa inexcedível, trabalhadora, mobilizadora de vários intervenientes no processo, no âmbito da Comissão de Credores, e na

Comissão Administrativa, tem tido um papel decisivo e de colaboração para que se encontrem soluções, e muito do mérito que tiveram na realização da vindima também foi dele. Referiu que não tinha a verdadeira noção daquilo que representava a Adega Cooperativa para muitos produtores de Castelo de Paiva. Que com este processo percebeu a amplitude e a importância que tinha para a agricultura local e para os produtores de vinho. Sentiu que muita gente não tinha condições para colocar as uvas, e estavam a viver um drama. Felizmente tinha-se encontrado uma solução que veio corresponder às expectativas e minimizar os efeitos que seriam muito negativos para muita gente. Que tiveram cerca de 900 pipas de vinho que entraram na Adega Cooperativa de Castelo de Paiva, e que relativamente aos anos anteriores, era inferior, mas era pelas razões que todos conheciam. Mas que tinham pela frente um desafio dificílimo, que era o de encetar diligências para encontrar soluções para salvar o vinho de Castelo de Paiva. E que era uma luta que deveria ser travada por todos, porque a marca do vinho de Castelo de Paiva era das coisas mais importantes que tínhamos. Era um dos elementos de identificação mais valioso que tínhamos, e se deixássemos ir isto por água abaixo, era um crime. Que tínhamos que fazer todos os esforços para salvar o que fosse possível. Era evidente que o volume dos compromissos financeiros da Adega era assustador. Mas que felizmente havia ideias que estavam a ser trabalhadas e esperava que tivessem sucesso para o bem de todos, do Concelho, e dos produtores de vinho desta terra. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado, referiu que de facto partilhava da sua opinião relativamente às deficiências da Rua António Sérgio, que havia alguns problemas que estavam a ser resolvidos, mas relativamente às lombas se as retirassem no dia seguinte teríamos acidentes, porque o trânsito tornar-se-ia muito rápido, e que as lombas eram um factor de abrandamento da velocidade, e que funcionavam bem neste aspecto. Quanto ao Bairro Social da Vila, o projecto estava praticamente concluído, mas que teriam de ter condições para o enquadrar na linha de financiamento, porque as verbas que estavam afectadas a cada Município transitaram todas para uma bolsa, ou seja tinham de preparar um projecto global de regeneração e modernização urbana dos

arruamentos, e tinham de incluir não só este, mas como outros projectos que tinham concluídos. Que a população também já tinha vindo reclamar junto da Câmara Municipal. Que também tinham outro projecto que estava em fase quase terminal, que tinha a ver com a área da localização empresarial, se conseguissem alcançar este objectivo seria uma marca muito importante para muitos e bons anos em Castelo de Paiva. Quanto à questão do cais do Castelo, a fotografia que foi colocada no Boletim Informativo, tinha a ver com o projecto que foi elaborado inicialmente. Não se tratava de enganar as pessoas, porque o que se pretendia era que a obra iria corresponder àquilo que estava estabelecido com o Município. Que ainda ontem tinha falado com o responsável da Comissão de Coordenação, e teve uma garantia que a participação nacional, já estava assegurada com financiamento do Banco Europeu de Investimento, que era um sinal que se iria avançar. Quanto à outra questão colocada pelo Prof. Daniel sobre a proposta apresentada pelos Vereadores do PSD, tinha sido remetida à CCDRN, e que sabia que os Vereadores do PSD também a tinham remetido assim como elementos adicionais, e sabia que tinham sido consideradas.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Mesa referiu que tinha vários pedidos, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real, Prof. Daniel e de alguns membros do PSD para que o Senhor Vereador Dr. Rui César esclarecesse a proposta que tinham apresentado sobre o caso da firma JOPAVERA, e que lhe concedia a palavra.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Vereador Dr. Rui César, que referiu que tinha sido convidado para apresentar a proposta que o PSD tinha relativamente ao caso JOPAVERA. A primeira questão que tinha de ser arrumada, e que não permitia que fosse insidiosamente tentado, misturar o caso JOPAVERA com o caso da MARMOIRAL, que não tinha nada a ver uma coisa com a outra, por um motivo muito simples, estava dito no parecer da CCDRN e na Câmara Municipal, o promotor da JOPAVERA cumpriu o projecto que tinha sido aprovado. Era uma diferença total. Que tentar confundir o projecto da JOPAVERA com o do MARMOIRAL era má-fé. Não podiam permitir que em momento algum se tentasse misturar estes dois casos para lançar a confusão na opinião pública. Que quando um projecto era aprovado pela Câmara Municipal,

essa aprovação produzia efeitos externos, e era sobre essa aprovação que tinham aquele assunto para resolver. Que era um assunto que tinha de ser resolvido pela Câmara Municipal, independentemente do Executivo ser PS e da oposição ser PSD, porque era um assunto que dizia respeito a todos, e achava que era esta a primeira postura que deveriam ter para resolver o problema. A seriedade, a responsabilidade, o princípio da legalidade, mas também uma postura que não podia ser o de cruzar os braços, enfiar as mãos nos bolsos, lavar as mãos, e dizer que isto não era nada com ele, e agora que resolvam. Que não era isso que pretendia, e não era isso que tinham feito, e desde o início tinha sido esta a sua revolta perante a atitude que a Câmara Municipal tinha vindo a tomar. Obviamente que este caso tinha nascido de uma queixa que tinha sido apresentada, e com nome. Saudava as pessoas que não eram cobardes, pois muitas vezes havia queixas anónimas por este Concelho fora, mas que neste caso, houve um entendimento de alguém, que estava presente na sala, achava que deveríamos ser sérios, e se alguém tomou esta queixa e a assinou por punho próprio, tinha sido essa queixa que despoletou todo o processo. Posteriormente, à queixa que foi entregue no Tribunal, a Câmara foi ouvida, para responder sobre as ilegalidades que eventualmente poderiam estar apenas àquele prédio. O que a Câmara Municipal fez, foi pelo punho do Senhor Presidente, proferido um despacho, em que consultou um jurista externo, que se pronunciou, dizendo que a queixa estava muito bem feita e que havia problemas com o prédio. E em Janeiro de 2011 quando o Senhor Presidente recebeu o relatório daquele jurista, colocou por sua mão “concordo. Remeta-se ao Tribunal”. Porque razão o Presidente da Câmara, que tinha na Câmara os técnicos que aprovaram o prédio, não fez o despacho de aprovação? Afinal quem mandava era ele, e não ia contra os pareceres dos serviços. Porque razão é que o Presidente da Câmara quando recebeu o parecer do advogado não ouviu os engenheiros e os técnicos que aprovaram o projecto? Causava-lhe muita estranheza. Porque razão aquela pessoa que no uso das suas capacidades e competências, e de boa fé aprovou o projecto, não podia defender-se perante um parecer externo que dizia que estava mal licenciado? E o Senhor Presidente em Janeiro concordou com as ilegalidades, que estavam na queixa, e com o advogado externo,

não tinha ouvido os serviços, mandou o processo para o Tribunal, e deixou o prédio continuar a ser construído, apesar de estar mal licenciado. Disse que toda a Câmara tinha responsabilidade neste assunto, uns por acção e outros por omissão. Que era esta a sua opinião. Que tinham tentado saber na reunião de Câmara o que dizia o parecer, e que a resposta do Senhor Presidente foi que estava em segredo de justiça, e que não lhes dava o parecer. Referiu que em processos administrativos não havia segredo de justiça, e como tal, deslocaram-se ao Tribunal Administrativo de Penafiel e ficaram com cópia da resposta que foi enviada ao Tribunal. Posteriormente tinha sido pedido à CCDRN que analisasse o processo. A CCDRN analisou o processo dos estacionamentos, das compensações e do acesso à Quinta do Pinheiro, que a grosso modo eram questões colocadas pelo referido parecer externo, e dizia que as resolvia todas. Afinal aquelas três situações que eram gravíssimas, que punham em causa milhares de euros que não entravam no Município, e que eram gravíssimos aos olhos de alguns, eram todas passíveis de resolução. Excepto duas, que eram, uma questão de ocupação de zona verde, mas não disseram quanto, e uma questão de profundidade do prédio, ou seja da largura do prédio. E era sobre isto que estavam a falar quando se falava do caso da JOPAVERA. Que curiosamente aquele parecer não lhes dizia quantos metros quadrados estavam a ocupar da zona verde, e também não diziam qual a profundidade que estava para além dos 15 metros que o PGU determinava. Que não souberam dizer, quer no parecer da CCDRN quer na reunião de Câmara. Que tinham registado aquela omissão, e nessa reunião onde estiveram, o promotor, o Engº. Projectista da obra, os técnicos da CCDRN que analisaram o projecto, e da Câmara Municipal estiveram, o Presidente da Câmara, o Vice-presidente e o Vereador, nem um único técnico da Câmara, que licenciaram o projecto puderam ser ouvidos nessa reunião. Porque razão os técnicos da Câmara não eram tidos nem achados neste processo? Porque razão é que um técnico não teve oportunidade de dizer em boa fé que tinha aprovado aquele projecto? Porque todos sabiam que havia várias interpretações da lei. No dia 25 de Agosto, dia de reunião de Câmara, estava agendado o ponto JOPAVERA, e foi trazido em mão uma proposta de deliberação de um

Vereador, mas não tinha sido subscrita por nenhum técnico da Câmara Municipal, ao contrário do que dizia o Regimento da Câmara Municipal, que propunha a deliberação para caçar o alvará e decretar nulo o licenciamento. Mais uma vez perguntou, porque razão os técnicos da Câmara não diziam nada sobre isto, e porque é que não consubstanciavam tecnicamente esta proposta? Era esta a questão que estava a afligir muita gente. Mas que a convicção era tão grande e tão firme, que os Vereadores do PSD apresentaram uma proposta alternativa, que tinha tido a concordância da maioria, porque eles tinham reconhecido que havia algo onde se podia pegar. Porque obviamente, quem preparava um processo para caçar um alvará e declarar nulo o licenciamento, não o fazia “por dar cá aquela palha”, pensava muito bem no que estava a fazer. E então não se lembraram dos argumentos que tínhamos apresentado, nunca ninguém se tinha lembrado de quantificar qual o valor de ocupação de zona verde. Que pela análise que tinham feito, e não eram técnicos, a zona ocupada na zona verde era de 43,3m<sup>2</sup>, ou seja metade do salão nobre. E que para esta questão da zona verde, referiu que resolviam, porque quando se tinha feito o PGU, a zona verde que queriam delimitar era a Quinta do Pinheiro. E que para esta situação tinham feito uma alteração do Plano e quando se fez a marcação, tinham feito mal, era só à Quinta do Pinheiro que se fazia menção de zona verde. Como também tinham feito mal no quintal do Senhor Alberto, ex-funcionário da Câmara, que estava considerado como zona verde, e era um terreno privado. Quanto à questão da profundidade também tinham perguntado quantos eram os metros que ultrapassavam o limite de 15 metros. Não disseram, mas para isso também tinham tido um entendimento alternativo. Aquele prédio não tinha uma fachada só, era um prédio de três fachadas e que em três delas o prédio partia com a via pública. Que eram estes os argumentos, que era aquela a proposta que era objectiva e fundamentada em pareceres que recolheram. Que tinham apresentado esta proposta na reunião da Câmara Municipal, não nos tinha sido permitido enviá-la à CCDRN. Que na primeira reunião da Câmara Municipal disseram que estavam disponíveis para preparar esta proposta com a maioria, e com os técnicos da Câmara irem à CCDRN para defender aquela proposta, e que isto nunca lhes tinha sido

permitido. Porque é que os técnicos da Câmara não podiam dizer que concordavam com aquela proposta? Quando há pouco o Presidente da Câmara disse que não se deveria partidarizar a questão, então chamassem os técnicos e eles que discutissem. Porque é que os técnicos da Câmara, os técnicos do promotor, com os políticos da Câmara não iam à CCDRN para resolver o processo? Porque enviar um ou dois pareceres, mas não ir lá bater à porta e fazerem-se ouvir, e esgrimir os argumentos que eram técnicos e não políticos. Então na reunião da CCDRN estiveram, o Promotor que fez o projecto, quem estava a analisar o projecto, mas quem o tinha aprovado aqui na Câmara Municipal, não estava. Obviamente que faltava uma fundamentação técnica, para defender aquilo que era a posição da Câmara Municipal que era uma só. Porque se o licenciamento não estivesse em conformidade obviamente que a Câmara Municipal tinha responsabilidades, e o próprio parecer dizia que havia responsabilidades, que a Câmara Municipal poderia ter que assumir por ter que determinar a nulidade de licenciamento. Que até por outra questão muito importante, que a técnica que deu parecer para o licenciamento foi promovida a Chefe de Divisão da Câmara, não era uma pessoa qualquer, estavam a falar de alguém que tinha muita confiança da parte política da Câmara Municipal. Naquele momento o que era preciso, era realmente seriedade, calma, e não cruzar os braços e ter uma atitude activa, e ter uma atitude de quem queria resolver o problema, e que naquele momento resolver o problema não era mandar ofícios para a CCDRN e esperar que viessem os pareceres. Naquele momento deveriam ir todos com os técnicos da Câmara Municipal, aqueles que foram os responsáveis pelo licenciamento da obra, e esgrimir os argumentos técnicos. Porque se era verdade o que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que estava numa busca incessante para o desfecho da situação, estava na hora de passar das palavras aos actos, e irmos todos defender esta situação à CCDRN. E a solução que tinham passava pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, e já que o parecer da CCDRN falava em alterar o Plano de Urbanização, referiu que se o executivo do PS quisesse alterar o PGU, poderia contar com o PSD, que trouxessem os casos que fossem precisos resolver porque estavam ali numa atitude pró-

activa. Mas que não usassem este caso como moeda de troca ou como chantagem política. Se havia um PGU para alterar, porque razão estavam a perder tempo, desde o dia 25 de Agosto até à presente data que poderiam ter feito deliberações nesse sentido. Que falava pela bancada do PSD, e que estavam disponíveis para concertadamente alterar o PGU da Vila de Sobrado, daquilo que fosse preciso, ou daquilo que considerassem importante. Teriam de concentrar esforços para resolver a situação e a seu ver era possível resolver a bem, dentro dos mecanismos e da legalidade que eram próprios da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, secundados por pareceres que justificassem e permitissem deliberar daquela forma. Que alterassem o PGU se fosse caso disso para bem de todos os Paivenses. Que obviamente aquela situação causava a todos problemas, que tinham muita consideração pelos promotores imobiliários, que causava uma má imagem do Município lá fora, e sabiam que estavam em causa muitos postos de trabalho, e que por isso todos teriam de dar as mãos para resolver um problema que era da Câmara, e sendo da Câmara era de todos os paivenses. Que tinham uma solução, assim todos soubessem lutar por ela.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Mesa, mais uma vez pediu calma ao público presente, que se deveria calar, pois se assim não fosse, quem estivesse a perturbar os trabalhos deveria sair da sala.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho, que fez uma observação, que chamar palhaço a alguém que estava em funções públicas, era um crime público, e que era necessário identificar a Senhora e saber a quem estava a chamar palhaço.\*\*\*

\_\_\_\_ Foi respondido pelo público que se estavam a referir ao Gonçalo.\*\*\*

\_\_\_\_ O Membro Dr. Gouveia Coelho disse que estava identificado o palhaço, que era o Gonçalo, Presidente da Câmara, e solicitou que ficasse registado em acta.\*\*\*

\_\_\_\_ O Presidente da Mesa, pediu uma vez mais que se acalmassem para se poder continuar os trabalhos.\*\*\*

\_\_\_\_ O Membro Dr. Gouveia Coelho continuou a sua intervenção, referindo que gostava que todos soubessem que tínhamos de nos respeitar, e insultar ou agredir a honra e o bom nome de quem exerce

cargos públicos, era um crime público.\*\*\*\*

\_\_\_\_ O Presidente da Mesa, mais uma vez pediu que se acalmassem, porque senão teria que terminar a sessão.\*\*\*

\_\_\_\_ O Membro Dr. Gouveia Coelho continuou, referindo novamente que não se podia insultar quem exercia cargos públicos.\*\*\*

\_\_\_\_ O Presidente da Mesa, pediu mais uma vez que se acalmassem e solicitou ao Membro Dr. Gouveia Coelho que continuasse a sua intervenção e que não incentivasse o público, senão retirava-lhe a palavra.\*\*\*

\_\_\_\_ Retomou a palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para fazer algumas observações. Que a intervenção do Senhor Vereador, e quem representava a Câmara era o Presidente, que poderia falar um Vereador por autorização dele, sabia o que dizia o Regimento, e sobre isto o Regimento tinha uma norma que estipulava que o período da Ordem de Trabalhos já tinha passado mais de duas horas, e estava a correr tudo muito bem, mas que tinha sido uma inutilidade porque tinham sugerido inclusive, se fosse o caso, se agendasse um ponto para a Ordem de Trabalhos. Como membro da Assembleia não poderia nem exercer o contraditório ao que foi dito porque não tinha conhecimento. E que a lealdade política dispensava bem o número comiceiro, queria registar e dizer tudo o que já tinha dito. E que se este assunto viesse à Assembleia Municipal, não seria assim. Tinham que ter acesso à documentação. Que eram coisas complexas e repetia o que já tinha dito. Que obviamente este e outros problemas mereciam toda a atenção e deveriam ser discutidos. Mas que não poderiam ser confrontados por um Vereador que até disse que “em nome da minha bancada”, e não ficava bem para a Assembleia. Que tinha vindo um Vereador que fazia parte da Câmara, e quem fiscalizava era a Assembleia Municipal e não o contrário, e aquilo que lhe tinha sido dirigido directamente, convidava-o a ouvir aquilo que tinha dito. Porque não tinha feito comparações de situações, e quando eventualmente se dirigisse à Assembleia, respeitasse todos os membros da Assembleia, que não falasse pessoalmente e que não o atacasse daquela forma. Que tinha sido inútil a intervenção, porquanto não iriam tomar nenhuma deliberação sobre o assunto, era impossível, mas que tinha sido apenas para satisfazer o ego e partidarizar a questão, ao

contrário dos apelos que tinham sido feitos.\*\*\*

\_\_\_\_ Verificou-se a saída da sala do Membro Dr<sup>a</sup>. Fátima Strecht.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra para defesa da honra o Senhor Vereador Dr. Rui César que referiu que quando queria elevar o seu ego, não era no Dr. Gouveia Coelho que pensava, nem que lhe dirigia a palavra. Que o Dr. Gouveia Coelho é que tinha de ouvir o que ia dizer, porque o que tinha dito era que, tentar confundir os dois casos, trazer o caso da MARMOIRAL quando se estava a discutir o caso JOPAVERA, poderia ser entendido como insidioso e de má-fé. Que tinha sido o Dr. Gouveia Coelho que chamou o caso do MARMOIRAL quando estavam a falar da JOPAVERA. E que não se poderia confundir estes dois casos, se a intervenção tinha sido oportuna ou não, a opinião dele é que não. Admitiu que tinha sido importante para muita gente ouvir a opinião por parte do PSD.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira para referir que estavam a chegar ao tempo limite normal dos trabalhos, que era meia-noite. Que por outro lado se analisássemos o teor da convocatória ainda não tínhamos entrado no Período da Ordem do Dia, e que esta Assembleia iria continuar noutro dia. Que não acreditava que em cinco minutos se aprovasse os quatro pontos que faltavam. Que tinha ouvido com atenção qual tinha sido a posição da Câmara Municipal em relação ao problema que se discutiu, apesar de não constar da Ordem de Trabalhos. E o que tinha percebido era que da parte da Câmara Municipal não havia disponibilidade para discutir o problema em causa. Que tinha ouvido por parte do Senhor Vereador Dr. Rui César a explanação sintética da fundamentação da proposta. Tendo em conta que os trabalhos iam continuar, perguntava através da Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara se estava disponível para rever a sua posição, de modo a que na sequência destes trabalhos pudessem fazer o tal debate aprofundado, documentado e fundamentado, como alguém tinha referido, ou se a Câmara Municipal depois de tudo isto mantinha a posição de não discutir o assunto?\*\*\*

\_\_\_\_ Verificou-se a saída da sala do Membro Senhor João Vitorino.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que sobre o processo JOPAVERA já tinha dito tudo o que tinha para dizer. Que

havia duas intimações em Tribunal, e uma delas tinha prazo para se cumprir. Tinha-lhe sido concedido quinze dias para se apresentar a proposta, que tinha sido remetida à Câmara Municipal que a enviou à CCDRN que estava a elaborar um parecer sobre a mesma. Que enquanto aquele parecer não chegasse, não iria tecer qualquer comentário. Que o Executivo estava sempre disponível para acolher aquela que for a sugestão da CCDRN, e se ela vier ao encontro da proposta do PSD, que a aceitariam. Quanto à questão da Ordem de Trabalhos da Assembleia, caberia à própria Assembleia, mas que havia um ponto com alguma urgência que era a Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual para 2011.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Mesa propôs, que atendendo à necessidade de resolver o ponto 2. da Ordem de Trabalhos, que se discutisse aquele ponto, e os outros ficariam para uma próxima Assembleia.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel para referir que os pontos da Ordem de Trabalhos não eram extensos e não requeriam muita discussão da parte da bancada do PSD, e que estavam disponíveis para cumprir a Ordem de Trabalhos e ouvir o Público.\*\*\*

\_\_\_\_ O Presidente da Mesa referiu que se a bancada do PS também estivesse disponível de seguir a Ordem de Trabalhos, que seguiriam os trabalhos até ao fim. \*\*\*

\_\_\_\_ Como a resposta foi afirmativa o Senhor Presidente da Mesa interrompeu a sessão por cinco minutos.\*\*\*

\_\_\_\_ Retomada a sessão o Senhor Presidente da Mesa iniciou os trabalhos.\*\*\*

\_\_\_\_ PERÍODO DA ORDEM DO DIA\*\*\*

\_\_\_\_ 1 – APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;\*\*\*

\_\_\_\_ Presente o ofício 7903 de 19.09.2011, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 16 de Setembro de 2011, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 1.783.268,70 (um milhão setecentos e oitenta e três

mil duzentos e sessenta e oito euros e setenta cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 15/09/2011, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 2.845.691,22 (dois milhões oitocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e noventa e um euros e vinte e dois cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura para solicitar informação sobre a visita à empresa de Madeira da Sonae, em Boure – Sardoura, qual o resultado, e se tinha sido relacionada com o Plano de Pormenor de Boure.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Bairros para solicitar informação sobre a reunião da Associação Portuguesa da História da Vinha e do Vinho, para adesão do Município a esta Associação, e como estávamos em crise no sector vinícola, se havia possibilidade de trazer algo melhor para o nosso Concelho. Que gostaria de saber qual o resultado, e o que tinha sido discutido na ADRIMAG. Por último quis saber sobre a reunião na Empresa da SIMDOURO, e como sabia que era esta a empresa responsável pelo saneamento em Castelo de Paiva, se havia mais algum desenvolvimento.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, referindo-se à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura, que tinha sido apenas uma visita de trabalho, para ter um contacto com a realidade daquela empresa e nada teve a ver com o Plano de Pormenor de Boure. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros, esclareceu que quanto à Associação Portuguesa da História da Vinha e do Vinho, era uma Associação que daria algum apoio à Câmara Municipal, mas não teria a ver com a questão do sector vinícola ou o sector económico, seria um apoio de conhecimento em termos de promoção e de algumas iniciativas na abordagem desta temática, e como tínhamos esta expressão significativa na área do vinho entenderam fazer parte desta Associação. Quanto à reunião da ADRIMAG era a reunião normal da Direcção que se desenvolvia uma vez por mês. Quanto à reunião da Assembleia Geral da SIMDOURO, os assuntos que tinham sido abordados foram, o saneamento e as previsões do avanço do

concurso e abertura das propostas para as ETAR's. \*\*\*

\_\_\_\_ 2. - SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PARA 2011.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente referiu-se a duas informações da Câmara Municipal referente a esta Revisão do Plano Plurianual de Investimentos do seguinte teor: “*O Executivo Municipal pretende lançar a concurso a obra "Centro Escolar do Couto Mineiro do Pejão". Aquando da elaboração do P.P.I. para o ano de 2011 o projecto não foi inscrito. O Projecto vai ser inscrito, deduzindo o valor de 200.000,00 Euros, no projecto 2002/1/90"Instalação da área de Acolhimento ou Área de localização Empresarial.", e “Reforço da Rubrica 0101/01-02-13-02 - Outros Suplementos e Prémios – Outros. Tendo se verificado que a rubrica em título não tem saldo suficiente para se efectuar o pagamento das senhas aos deputados municipais, venho por este meio, nos termos do POCAL, propor a V. Exa. o reforço da referida rubrica, no valor de 2.000 euros.”\*\*\**

\_\_\_\_ Colocada a proposta à votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Segunda Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento para 2011.

\_\_\_\_ 3. - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS SOBRANTES DA VARIANTE À E.N. 222 – CRUZ DA CARREIRA.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente referiu-se a uma informação da Câmara Municipal referente a esta desafectação do seguinte teor: “*Em sua reunião ordinária realizada no dia 14/04/2011, a Câmara Municipal deliberou proceder à afixação de edital convidando a população a pronunciar-se sobre a desafectação do domínio público do Município, para passar ao domínio privado deste, das duas seguintes parcelas de terreno sobrantes da construção da Variante à E.N. 222. - Parcела de terreno de cultura com a área de 101,00m sita em Cruz da Carreira, freguesia de Real, a confrontar do norte e poente com Augusto Manuel Correia Gonçalves, sul e nascente com caminho. - Parcела de terreno de cultura com a área de 40,00m<sup>2</sup>, sita em Cruz da Carreira, freguesia de Real, a confrontar de norte e poente com caminho, sul e nascente com Augusto Manuel Correia*

*Gonçalves. Foi concedido o prazo de trinta dias, contados da data da afixação do mesmo edital, para os interessados se pronunciarem, querendo, por escrito sobre este procedimento. O edital, com data de 15/07/2011, foi publicado no D.R. 2<sup>a</sup> série nº. 140. de 22/07/2011. Não deu entrada qualquer reclamação, decorrido que foi o prazo concedido.”\*\*\**

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura para solicitar informação se as duas parcelas estavam na Cruz da Carreira-Sardoura, ou então lugar de Cova do Coelho-Real, porque tinham feito uma visita na Cruz da Carreira e tinham duas parcelas sobrantes na Freguesia de Sardoura, e gostaria de saber se era Sardoura ou Real.\*\*\*

— O Senhor Presidente da Câmara confirmou que eram da Freguesia de Real.\*\*\*

— Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a desafectação do domínio público municipal de duas parcelas sobrantes da variante à EN 222 Cruz da Carreira – Real.

#### 4. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE AGÊNCIA DE ENERGIA DO TÂMEGA E SOUSA.\*\*\*

— O Senhor Presidente referiu-se a uma informação da Câmara Municipal referente a esta proposta do seguinte teor: “*Proposta de criação da agência de energia do Tâmega e Sousa. Na sequência da deliberação de aprovação, pelo Conselho Executivo da CIM-TS, da proposta de criação da Agência de Energia do Tâmega e Sousa e dos respectivos estatutos, foram enviados para este Município os documentos, para que possam ser submetidos aos órgãos autárquicos deste Município, com vista à apreciação e manifestação de interesse de adesão por parte desta autarquia. Nesta fase, trata-se apenas de uma proposta de intenção de criação de Agência de Energia do Tâmega e Sousa, pois conforme conversa com a Eng<sup>a</sup> Luísa Vale da CCDRN não estão abertos neste momentos quadros comunitários para esse fim, contudo podem abrir a qualquer momento. Relativamente aos custos, abordei o tema com a Eng<sup>a</sup>. Luísa Vale que me referiu que este assunto é prematuro nesta altura, atendendo ao facto de se tratar apenas de uma intenção de criação de Agência de Energia, contudo*

*noutros casos as agências criadas foram com base numa duração de 3 anos, com um custo anual de €133.000,00, financiado a 70%, ficando os restantes 30% desse valor para os municípios envolvidos. Face ao acima exposto, sou da opinião que o Município de Castelo de Paiva deve levar os documentos anexos para reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia municipal para a devida aprovação.”*

\_\_\_\_\_ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que em relação a este assunto, os membros que faziam parte da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, tiveram uma reunião e também tinha estado presente o Dr. Rocha Pereira, e que a mesma não tinha sido muito esclarecedora. Que esta proposta tinha os estatutos, e que achava que deveriam aprová-la. Mas se esta aprovação implicasse que a Câmara Municipal estivesse tacitamente incluída nesta Associação, ou se depois de aprovada, ainda a Câmara Municipal por vontade própria se poderia excluir, ou teria de participar nesta Associação, porque tinha custos para o Município em 30% que seriam suportados pela Câmara Municipal.

\_\_\_\_\_ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que informou que tinha a ver com a candidatura, e que a iniciativa que fosse vocacionada para Castelo de Paiva a componente Nacional seria assegurada pelo Município. \*\*\*

\_\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que na informação constava o seguinte que leu “...trata-se apenas de uma proposta de intenção de criação de Agência de Energia do Tâmega e Sousa, pois conforme conversa com a Engª Luísa Vale da CCDRN não estão abertos neste momentos quadros comunitários para esse fim, contudo podem abrir a qualquer momento.”\*\*\*

\_\_\_\_\_ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para esclarecer que de facto aquilo que se propunha era uma intenção de criação, e não estava em causa a aprovação de estatutos, até porque o que tinha sido enviado era uma proposta de estatutos. A ideia das pessoas que estiveram na Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, muito objectivamente era dizer sim. Porque a questão era muito complexa, estiveram naquela reunião alguns engenheiros com opiniões contraditórias relativamente a este assunto. Que não havia uma real

intenção de sair daqui alguma coisa prática e concreta para o futuro.\*\*\*

\_\_\_\_ Usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal para referir que a questão era no fundo estarmos preparados com o estudo que já estava elaborado caso houvesse uma linha de financiamento neste âmbito, e essa linha estava vocacionada só para uma estrutura deste género, a exemplo do que já acontecia noutras Comunidades Intermunicipais, e a manifestação que foi dada era que tinham intenção de aderir, que poderia vir a existir ou não.\*\*\*

\_\_\_\_ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com uma abstenção do PS (Dr. Gouveia Coelho), e o voto a favor dos restantes membros, aprovar a intenção da proposta de Criação de Agência de Energia do Tâmega e Sousa.\*\*\*

\_\_\_\_ Abandonou a sala o Membro José António da Costa Moreira da Rocha.\*\*\*

#### PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. \*\*\*

\_\_\_\_ A Mesa aceitou as inscrições para intervir da Senhora Vera Mendes residente em S. Martinho, do Senhor Manuel Correia, residente em Sá-Sardoura, e do Senhor Abel Bessa, residente em Nojões – Real.\*\*\*

\_\_\_\_ Interveio a Senhora Vera Mendes, residente em S. Martinho que começou por referir que tinha uma dúvida e que gostava de perguntar, onde estava o queixoso? Tinha-o visto, mas agora já não o via. Porque não se tinha ele pronunciado relativamente ao caso JOPAVERA? Que tinha escrito tantas irregularidades, e agora não se defendia? Que até podia pedir desculpas, ou estar presente para se defender. Que percebia pouco de direito, mas achava que toda a gente tinha o direito a defender-se. Ficava sem saber se havia de facto queixas fundamentadas, ou se havia queixas para quererem chatear o construtor, que até era a JOPAVERA, o gerente o José Mendes e a sócia a Vera Mendes. Que tinha lido há dias na Agência Lusa que publicou uma notícia, e que tinha um comentário que dizia o seguinte: “...é o que faz um familiar do construtor ter ingressado na lista oposta...” Que nunca lhe tinha ocorrido, nem tinha pensado sequer naquele facto, Porque achava que vivia num País livre, e que toda a gente era livre de ingressar nas listas que quisesse. Que se dava bem com toda a gente, tinha família nos dois Partidos PS e PSD, sabia separar as águas, e defender uma cor política.

Mas achava que acima de uma cor política estava o interesse Municipal. Por isso não queria pensar que algum dia fosse real, nem sequer culpabilizar-se por estar a trazer problemas tão graves para o seu pai, e para mais de duzentos paivenses. Pedia desculpa se lhes tinha trazido aquele problema, mas quando ingressou numa lista, era para lutar pelos interesses de uma freguesia. Ficava admirada porque quando se averiguou, só havia duas irregularidades, que até podiam ser ultrapassadas. Referiu que era jovem, esperava ter um longo caminho na vida, esperava constituir família em Castelo de Paiva, esperava ter filhos, esperava colocá-los na escola, agora até tinham um novo pólo escolar, como tinha sido referido no Boletim Informativo, mas deparava-se com contribuição da desertificação de Castelo de Paiva. Senão havia construção, os casais novos que queriam constituir família iam atrás da construção. Que tinha um exemplo de um edifício que tinham construído num concelho vizinho, em que muitos casais novos foram para Alpendurada, e que aquelas pessoas vão construir lá a sua vida, e os seus filhos irão ficar por lá. Que tinha sido dito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Fornos o resultado dos Censos de 2011. Que era preocupante se as pessoas estavam a sair de Fornos ou do Concelho de Castelo de Paiva, e que estávamos a assistir à desertificação do Concelho. Que todas as pessoas que compravam imóveis pagavam o (IMT) Imposto Municipal sobre as Transmissões e depois pagavam o (IMI) Imposto Municipal sobre Imóveis, o que significava dinheiro a entrar nos cofres da Câmara. Se a Câmara estava tão mal financeiramente deveria ter todo o interesse em que houvesse construção. Na sua opinião havia fome de construção em Castelo de Paiva, pois tinham construído o edifício em frente ao Intermarché, e que o Senhor Serafim tinha construído em frente ao Lidl, e que ambos tinham vendido as suas fracções. Referiu ainda, que já tinha sido dito, mas repetia, que se havia algum erro no edifício da JOPAVERA, não era a empresa JOPAVERA que tinha a culpa. Porque a JOPAVERA sempre construiu conforme lhe foi licenciado. Mas quando o Presidente da Câmara disse que concordava com a queixa, era porque o edifício estava mal construído, mas não tinha mandado parar a obra, e era o mínimo que deveria fazer, até novas conclusões. Que deveriam ter sido chamados

quem licenciou, e com os técnicos da Empresa tentar resolver a situação. Mas o que tinha acontecido, era que deixaram que a obra fosse construída e terminada. Que todos viram a obra, todos os dias, pois ficava ao lado da Câmara, deixaram que terminasse a obra, para depois passarem a nulidade do licenciamento. Que isto era brincar com a carteira das pessoas. Que isto não tinha interesse para ninguém, que era mais um edifício abandonado no Centro da Vila. Apelou ao bom senso de todos, pois só queriam que as responsabilidades fossem assumidas. E que a responsabilidade era toda da Câmara Municipal. Que o Executivo actual não tinha licenciado a obra, mas tinha prorrogado a licença, e se o fez após ter concordado com as anomalias, estava a incriminar-se a ele próprio. Que esperava que isto fosse levado a bom porto, que todos trabalhassem juntos, que pedia uma colaboração, que não estava a ultrapassar as leis, porque tudo isto era viável se as pessoas assim o entendessem.\*\*\*

\_\_\_\_\_ Intervieio o Senhor Manuel Correia, residente em Sardoura, que referiu que era a primeira vez que estava nesta Assembleia, e manifestou a sua gratidão por quem defendia a causa pública, as bancadas, a Mesa, e o Executivo. Que tinha ouvido falar de questões técnicas, de 40m<sup>2</sup>, de propostas que tinham demorado muito tempo, que a culpa era do executivo, a culpa era do outro, que estavam ali para defender os interesses dos paivenses, e falaram enquanto agentes políticos que era essa a função, servir os outros, mas na prática o que tinha percebido, era que não se tinha falado do mais importante, que eram as pessoas, as 200 famílias. Não era a Empresa, que não conhecia, tinha muito respeito e consideração por quem era empresário. Mas o que o preocupava era a conjectura actual. No momento em que o País vivia, fosse em Castelo de Paiva, fosse no Alentejo, ou aonde quer que fosse, que as pessoas estivessem a discutir, e não resolvessem, que se desculpassem, que iriam aguardar porque aquilo passa por acolá, que iriam aguardar porque a culpa era do outro. Isto não era importante, quando estavam em causa 200 famílias, estavam em causa provavelmente crianças e idosos, estava em causa provavelmente o pão de algumas pessoas. Quando quiserem comprar o pão e o arroz, comerem a sopa e não tiverem dinheiro, porque estavam no desemprego, isso era muito difícil sentir. E era para isso que

as Assembleias serviam para defenderem e agirem em função dos interesses das pessoas. Não sabia quem tinha razão, nem queria saber. Também não queria saber dos pareceres técnicos. Não estava muito preocupado com pareceres técnicos, e só estava preocupado como cidadão e enquanto paivense, era com as pessoas, fossem 200 famílias, fosse meia família ou uma pessoa só. Apelou para que o Executivo, a Assembleia e todos nós, tivéssemos um papel fundamental, e não era importante qual o partido, o que era importante era garantir o bom funcionamento de uma Empresa, que garantia 200 postos de trabalho, pois neste momento o que nos esperava, enquanto País, e enquanto Castelo de Paiva, era que as pessoas iam passar momentos difíceis. Então que resolvessem, não se podiam escudar em pareceres técnicos, tinham que diariamente de hora a hora, de minuto a minuto telefonar e agir. Todos sabiam que há uns anos atrás em Castelo de Paiva, não foi preciso estarem à espera de pareceres legais para resolver um grande drama que aconteceu neste Concelho. E nessa altura todos viram forças partidárias diferentes de um Governo e de uma Autarquia a juntarem-se e a agirem para resolver os problemas das pessoas, num momento dramático para este Concelho. E aí sim esqueceram-se em muitos momentos as cores dos partidos, e resolveram o que era importante, os problemas das pessoas. O que se ouvia lá fora, era que o Executivo era culpado, ou era o outro, mas que isto não era relevante. Que o Executivo não estava aqui para defender interesses pessoais nem partidários, mas era isto que as pessoas sentiam na rua, que isto era um jogo de interesses pessoais, político e partidário. Mas que se estavam a esquecer do essencial que eram as pessoas que trabalhavam na empresa, que dependiam daquele salário. Apelou ao Executivo na pessoa do Senhor Presidente que não ficasse à espera, pegasse no telefone, pegasse no carro, que fosse onde era preciso, que se mobilizasse, que tratasse de casos como este, como se fosse a coisa mais importante. O que estava em causa não era a empresa, mas sim os postos de trabalho, a sua subsistência, a sua alimentação. Que a alimentação não era só os manuais escolares, era comer para ter uma nutrição capaz de aprender. Se tiverem manuais escolares, e não tiverem emprego para comer, para terem crianças bem nutritas para terem capacidade para aprender,

esqueçam os manuais escolares. Apelou mais uma vez ao Senhor Presidente que fizesse tudo o que fosse possível e impossível, que ultrapasse o impossível para resolver esta e qualquer outra situação que pudesse em causa postos de trabalho e a garantia do que era mais essencial que era a dignidade das pessoas.\*\*\*

\_\_\_\_ Intervieio o Senhor Abel Bessa, residente em Nojões, que começou por pedir desculpa por se ter exaltado um pouco, pois só em casa dele eram três pessoas que trabalhavam para o Senhor José Mendes. Que já trabalhava para o Senhor José Mendes há 23 anos, e nunca lhe tinha faltado um dia que fosse, com o seu ordenado. Que estas pessoas tinham de ser respeitadas. Pedia desculpa novamente, pois falava calmo quando estava calmo, mas quando se exaltava ia tudo pelo ar fora. Que o seu sobrinho sabia disso e que tinha andado com ele ao colo, que a família dele tinha passado por uma crise, e que tirava do seu prato para lhe dar de comer, e o que pedia agora era que ele não lhe tirasse o prato dele. Eram milhares de pessoas que estavam a depender desta firma porque duzentas pessoas vezes cinco dava mil. Que tinha quatro filhos e precisava deste salário para viver. Que já era velho tinha 52 anos de idade, e não sabia onde se havia de empregar depois. Achava que deviam ter um pouco de consciência e deixarem a política de lado, porque a melhor política do mundo eram as pessoas. Pediu desculpa a toda a gente por alguma coisa mal dita. Também pediu desculpa ao Senhor Presidente da Câmara, mas que olhasse bem, porque era uma pessoa de bem. Quem se desse bem com ele dava-se bem com Deus. Que gostava muito de Deus e que era à nossa imagem, e que éramos todos nós. Alguém que fizesse bem neste Mundo era Deus, porque só assim é que o Mundo ia para a frente, quando sentimos que somos gente e repartimos o que era nosso com os outros. Que não era político, que a sua política era ajudar as pessoas. Trabalhava à frente da equipa do José Mendes como encarregado, já tinham passados milhares de pessoas pelas suas mãos, e podiam perguntar-lhes quem era o Abel Salema, o filho do Salema de Nojões, avô do Gonçalo Rocha, que tinha tanto gosto em vê-lo como Presidente da Câmara, mas infelizmente não viu porque faleceu antes um mês. O que queria frisar era que havia milhares de pessoas que precisavam de trabalho e que o ideal neste Mundo, era dar o

nosso melhor para toda a gente.\*\*\*

\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o Período de Intervenção do Público. \*\*\*

\_\_\_\_ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 00 horas e 55 minutos, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. \*\*\*

\_\_\_\_ E eu Assistente Técnico da  
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. \*\*\*

O Presidente, \_\_\_\_\_

O 1.º Secretário, \_\_\_\_\_

O 2.º Secretário, \_\_\_\_\_